

AÇÃO E POLÍTICA EM HANNAH ARENDT

MARIA HELOISA FERREIRA GUIMARÃES¹; SÔNIA MARIA SCHIO²

¹Universidade Federal de Pelotas – heloisaquimaraessls@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – soniaschio@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Hannah Arendt (1906-1975) pensadora política, por meio de seus escritos, oferece a oportunidade de se ter acesso aos fatos ocorridos no século XX, como também sobre a reflexão sobre os acontecimentos que marcaram a História da Humanidade, neste período. Sua Filosofia enfatiza a noção de liberdade e de pluralidade como sustentação para a formulação de práticas políticas que conferem legitimidade às mais diferentes maneiras de se estabelecer entendimentos acerca do bem comum.

Nesse sentido, a importância da política na atualidade não é menor do que em qualquer outro período histórico. Isso porque a política também influencia no resultado dos acontecimentos econômicos, culturais e sociais. É por meio dela que se estabelecem muitos dos regramentos para a vida humana. Nas palavras de Arendt (2007, p. 217) “a ação e o discurso conferiram à política uma dignidade que ainda hoje não desapareceu completamente.” A ação se revela por meio das palavras, daquilo que se fez, se faz ou se pretende fazer.

Nesse sentido, a política é a única forma possível para o processo de autoconhecimento, para o gerenciamento da vida humana em conjunto, e para o convívio e o debate público. A política, tal como Arendt a entende, é ação plural, sem violência, e se apresenta como inerente à condição humana, à constituição do indivíduo e da sociedade em que se vive. A política fornece um sentido para a vida humana na Terra, mas ela não se esgota, ao contrário disso, ela embasa a existência humana, quando se a quer livre.

De acordo com Arendt, todos os aspectos da condição humana, especialmente ao que se refere à coexistência, têm alguma relação com a política. O discurso e a ação são os meios pelos quais os homens se distinguem enquanto seres humanos, o que apenas ocorre no espaço público e político. Desse modo, a pesquisa pretende apresentar os principais aspectos sobre a importância da ação e da política no contexto da vida humana, e sem as quais não é possível viver humanamente, a partir dos escritos no *capítulo V* da obra *A Condição Humana*.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado com base em pesquisa bibliográfica, ou seja, no estudo e no fichamento de obras de Arendt, marcadamente as passagens relativas ao que se refere à ação e à política. Nessa direção, destaca-se a obra *A Condição Humana*. Acresce-se as interpretações de comentadores sobre esses temas arendtianos, entre eles Celso Lafer e Sônia Schio. Há, também, a orientação, isto é, discussão e debate do tema com a professora orientadora.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A política está associada às mais diferentes atividades, isto é, daquilo que se

relaciona à organização da vida humana. Nesse sentido, ela contribui para que se tome conhecimento sobre os fatos e a História, na perspectiva de uma organização que favoreça as mais diferentes ideias e a liberdade¹. Conceito caro à Filosofia Política de Arendt, a liberdade deve estar presente em todos os assuntos humanos, possibilitando um debate espontâneo, autônomo, no qual se possa ouvir e falar sem que haja qualquer tipo de constrangimento ou censura ao agente, mesmo que o entendimento de muitos dos envolvidos seja diferente uns dos outros.

Arendt é conhecida também por ser uma pensadora da liberdade, seus escritos indicam que a ação no mundo está diretamente relacionada à possibilidade de aparecimento, diferentemente da esfera privada, sendo à esfera pública reservada à livre manifestação sobre os ideais de direitos humanos, fundamentados naquilo que prevê a lei e a política. A política facilita a participação humana em assuntos que tratam do cotidiano da vida humana. Segundo Schio (2008, p. 60), o conceito de humanidade² que é entendido por Arendt como a disposição para a compreensão dos outros indivíduos, como o respeito a eles, também se fará presente. Arendt entende que é no espaço público onde se adquire e se consolida a humanidade em seu sentido político, e é o ponto mais alto que o ser humano pode atingir. Assim descrita (ARENDR, 2012, p. 161), a pergunta sobre o sentido da política exige uma resposta tão conclusiva em si que se poderia dizer que outras respostas estariam dispensadas por completo. A resposta é: “O sentido da política é a liberdade.”

4. CONCLUSÕES

Pelas experiências políticas, das quais homens e mulheres participam, se materializa a possibilidade de estar no mundo como cidadãos. Fundamentalmente o conceito de política, segundo Arendt, ocorre apenas na condição cidadã, ou seja, após terem sido satisfeitas as necessidades básicas de uma pessoa, como alimentação, moradia e saneamento, entre outras, permitindo dessa forma, sua vivência pública e política: “ser cidadão é estar no mundo entre homens, e em igualdade política, pensando de forma autêntica, não se retirando do mundo e do tempo, e não fazendo do mundo uma fachada atrás da qual se esconder.” (SCHIO, 2012, p. 190) Dessa forma, Arendt demarca claramente o comprometimento que deve permear a participação de cada um e de todos na busca incessante do diálogo em torno de propostas e do entendimento de prioridades que diretamente afetam a vida das pessoas e da sociedade.

Somente com a participação política, na esfera pública, isto é, no espaço que é

¹ Conforme Lafer (2003, 62), “a *liberdade*, no campo da política, é um problema central, para não dizer um axioma, a partir do qual agimos. Entretanto, no campo do pensamento o pressuposto a partir do qual raciocinamos é exatamente oposto: nada vem do nada (*nihil sine causa*). De fato, num exame teórico sobre uma determinada ação, ela parece normalmente resultar, conjunta ou separadamente, ou da causalidade da motivação íntima dos seus protagonistas ou do princípio geral de causalidade que regula o mundo externo dentro do qual se inserem estes protagonistas. Esta dicotomia, diz Hannah Arendt, é aparente no fenômeno da liberdade. O campo do pensamento é o do diálogo do eu consigo mesmo, que provoca as grandes perguntas metafísicas e onde o livre arbítrio se insere como centro da razão prática de Kant.”

² Segundo Schio (2008, p. 80), a “*humanitas*, por Arendt apregoada, se aproxima àquela oriunda do Renascimento, com a Reforma (religiosa) e o faz para incluir ao conceito de ‘humanidade’ o de ‘tolerância’.”

de todos, no lugar comum de convivência, legitimada pela livre manifestação em segmentos distintos de ação cidadã, quer nos movimentos de base ou de direção, que o interesse do indivíduo deve visar à inclusão de diferentes pessoas, para a organização das comunidades. Nessas, justamente, devem estar os cidadãos que buscam o bem comum e, mesmo aqueles que não estão inclusos por seu desinteresse, ou omissão. Em outros termos, sem a política não há a possibilidade de uma convivência em harmonia. Em outros termos, sem vida política não se pode viver humanamente, e em plenitude.

A esfera pública é o lugar em que ocorre a ação propriamente dita, ou seja, na qual é possível aos homens a liberdade de expressão, a ação e o discurso. Ela se diferencia da esfera privada, lugar que está reservado para as atividades do labor e do trabalho e na qual não prevalece a liberdade. A ação é exercida somente entre os humanos, o labor, pela necessidade da manutenção da própria vida e o trabalho pela existência humana. Como Arendt, na obra *A Condição Humana* definiu: *vita activa*, as três atividades humanas fundamentais, como condição básica à vida do homem na Terra: o labor, o trabalho e a ação.

Arendt (2007, p. 15) apresenta uma definição para aquilo que depende exclusivamente da vontade, no caso, a ação. A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Trata-se, aqui, da condição política (*bios politikos*) dos homens, na sua extrema pluralidade.

Portanto, a ação pressupõe a liberdade. Para ela, a pluralidade, em política, é um conceito básico que preserva a igualdade política e a liberdade das pessoas, com tolerância e respeito, visando à participação. Sendo a pluralidade imprescindível para a teoria e a prática política, observadas as diferenças entre os iguais e cada indivíduo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDR, Hannah. **As Origens do Totalitarismo** – Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Organizador Antônio Abranches. Trad. Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1993.

_____. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Pós-fácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A promessa da política**. Organização e introdução de Jerome Kohn. Trad. Pedro Jorgensen Jr., 2 ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

_____. **O que é política?** Hannah Arendt, Úrsula Ludz (Ed.); Reinaldo Gurarany (Trad.), 10 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

LAFER, Celso, **Hannah Arendt**: pensamento, persuasão e poder. 2 ed., rev. e ampl., São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SCHIO, Sônia Maria, **Hannah Arendt**: história e liberdade (da ação à reflexão). 2



ed., Porto Alegre: Clarinete, 2012.